

NOTA EXPLICATIVA DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE DO CANAÃ
EXERCÍCIO DE 2024

1 DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

No Balanço Orçamentário é apurado o Resultado Orçamentário, que compreende a diferença entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, apurando o Superávit Orçamentário em casos positivos ou o Déficit Orçamentário em casos negativos.

1.1 RECEITA ARRECADADA

No exercício de 2024, o total da receita realizada foi de R\$ 91.826.714,79, sendo receitas correntes R\$ 72.340.696,19, receitas de capital R\$ 19.486.018,60.

O superávit Financeiro utilizado para créditos adicionais compreende R\$ 20.201.812,94.

1.2 DESPESA EXECUTADA

As despesas empenhadas R\$ 94.465.179,61, despesas liquidadas R\$ 92.323.671,15 e despesas pagas R\$ 90.559.182,55. Do saldo evidenciado em despesas orçamentárias, 84,54% da dotação atualizada foi liquidada. Já do total da despesa liquidada, 30,32% é referente a pessoal e encargos sociais, 69,67% referente as demais despesas sendo 37,71% despesas correntes e 31,96% despesas de capital.

1.3 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Na execução orçamentária do exercício de 2024 foi apurado um déficit orçamentário de R\$ 2.638.464,82, justificado pela utilização de superávit financeiro de exercícios anteriores.

1.4 EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

Na execução de Restos a Pagar Não Processados nos exercícios anteriores, R\$ 1.059.124,74 foram pagos, R\$ 667.354,29 foram cancelados, não restando

nenhum de exercícios anteriores a pagar. Referente a Restos a Pagar Processados de exercícios anteriores não há saldo a pagar.

2 ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS

2.1. ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

A execução orçamentaria das atividades do Poder Executivo foram amparadas pelas Leis Municipais nº 1096/2023 (LOA), que aprovou o orçamento para o exercício de 2024, e concedeu um percentual para abertura de créditos adicionais suplementares até o Limite de 30% das despesas autorizadas, limite este ampliado para 45% através da Lei 1.111/2024, ficando também autorizados e excluídos da apuração do limite previsto os seguintes créditos, conforme art. 7º da referida Lei:

Art. 7º. Ficam autorizados e excluídos do limite previsto no caput do artigo 6º desta Lei os créditos adicionais suplementares:

I - Provenientes da utilização de fontes de recursos de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, no termo do inciso I do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº. 4320, de 17 de março de 1964;

II - Provenientes da utilização de fontes de recursos por excesso de arrecadação nos termos do inciso II do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº. 4320, de 17 de março de 1964;

III - provenientes da utilização de fonte de recursos de convênios, conforme parecer Consulta TCEES Nº 028/2004; e

IV - Destinados a suprir insuficiências nas dotações de pessoal e encargos, de acordo com o estabelecido no Art. 66, parágrafo único, da Lei Federal 4.320, de 1964, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas no mesmo grupo de despesa.

A tabela abaixo demonstra o total de crédito suplementar aberto no exercício, de acordo com o artigo 43 da Lei 4320/64:

ORIGEM	VALOR	
Excesso de Arrecadação/Convênio	R\$	19.195.748,21
Superávit de Exercício Anterior	R\$	21.289.606,71
Suplementação/Anulação	R\$	17.843.987,71
Total	R\$	58.329.342,63

2.2. ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS

Também fora aberto crédito especial no valor de R\$ 13.375,00 através da Lei 1107/2024.

2.3. ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

A tabela abaixo apresenta as fontes que foram utilizadas para abertura de crédito suplementar por excesso de arrecadação:

Fonte	Receita Prevista	Receita Realizada	Excesso Atingido	Crédito Aberto por Excesso	Suficiência/Insuficiência para abertura de crédito	Superávit/Déficit Financeiro
500	31.191.739,89	37.558.566,78	6.366.826,89	5.025.146,56	1.341.680,33	2.474.211,30
501	745.220,00	1.048.507,76	303.287,76	261.620,00	41.667,76	472.263,32
540	6.533.560,00	11.986.518,96	5.452.958,96	5.002.600,48	450.358,48	479.549,62
542	400.000,00	2.215.585,06	1.815.585,06	1.704.713,90	110.871,16	147.581,43
553	46.000,00	146.956,97	100.956,97	95.805,00	5.151,97	12.476,40
599	2.876.024,00	4.732.796,35	1.856.772,35	1.063.056,90	793.715,45	1.204.812,75
600	2.224.400,00	5.095.430,52	2.871.030,52	2.017.610,29	853.420,23	2.217.924,00
601	40.000,00	183.012,33	143.012,33	155.989,00	-12.976,67	147.614,71
604	795.000,00	933.480,00	138.480,00	83.130,37	55.349,63	65.471,12
621	254.380,00	210.896,72	-43.483,28	10.000,00	-53.483,28	1.709,10
661	302.929,00	573.742,40	270.813,40	147.811,78	123.001,62	339.146,46
700	15.150,00	1.439.766,14	1.424.616,14	1.323.400,86	101.215,28	1.511.336,29
701	5.830.811,44	7.540.696,50	1.709.885,06	2.098.163,07	-388.278,01	4.071.792,56
720	1.949.346,00	2.298.675,82	349.329,82	56.500,00	292.829,82	371.402,63
750	300,00	24.364,50	24.064,50	200,00	23.864,50	29.131,12
899	5.030.265,67	4.613.985,79	-416.279,88	150.000,00	-566.279,88	788.513,08

De acordo com a Lei 4320/64 entende-se por excesso de arrecadação o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se ainda, a tendência do exercício. Neste aspecto temos:

O excesso na fonte 899 refere-se à transferência do Estado para despesa de capital, que apesar de previstas não ocorreram dentro do exercício, ressaltando que por esse motivo, a despesa também não ocorreu, como pode se observar no superávit apurado na coluna Superávit/Déficit Financeiro.

O excesso na fonte 701 refere-se à transferência de convênio do Estado para despesa de capital, que apesar de previstas não ocorreram dentro do exercício. Ressaltando que por esse motivo, a despesa também não ocorreu, como pode se observar no superávit apurado na coluna Superávit/Déficit Financeiro.

O excesso na fonte 621 refere-se à transferência de recursos do Estado para o combate à dengue no valor de R\$ 10.000,00, como adotamos o detalhamento das fontes, foi necessário a abertura de excesso na fonte 16210000000004. Entretanto, outras receitas de demais fontes do radical 621 não foram efetivadas, em especial referente a receita de transferência para a manutenção do serviço do SAMU, que deixou de ser transferida nos últimos meses do exercício. Ressaltando que por esse motivo, a despesa também não ocorreu, como pode se observar no superávit apurado na coluna Superávit/Déficit Financeiro.

O excesso na fonte 601 refere-se à transferência de recursos da União através de emenda parlamentar no valor de R\$ 155.989,00, e como mencionado sobre o detalhamento de fonte de recursos, foi aberto excesso na fonte 16010000000010. Entretanto, outras receitas de demais fontes do radical 601 não foram efetivadas. Ressaltando que por esse motivo, a despesa também não ocorreu, como pode ser observar no superávit apurado na coluna Superávit/Déficit Financeiro.

São Roque do Canaã, 22 de março de 2024

ALANA RODRIGUES GRAMLICH

GERENTE DE CONTABILIDADE